

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

GABRIEL NUCIATELLI ZETEK

O reflexo da implementação das câmeras corporais policiais no Estado de São Paulo e suas
dimensões sociais

São Paulo

2023

GABRIEL NUCIATELLI ZETEK

O reflexo da implementação das câmeras corporais policiais no Estado de São Paulo e suas dimensões sociais

Trabalho de Conclusão de Curso pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientador: Bruno Huberman

São Paulo

2023

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo identificar a efetividade das câmeras corporais policiais no Estado de São Paulo, a fim de analisar a redução do nível da violência dos agentes policiais e contra eles. A implementação das *bodycams* não teve tanta divulgação e consequentemente a aceitação foi um processo rápido, mesmo com os dados apontando em uma melhora da segurança pública estatal, ainda há muitas dúvidas de como são feitas essas operações com os equipamentos fornecidos. Como recorte geográfico, para uma maior análise de eficácia, o Estado de São Paulo foi ideal para iniciar essa pesquisa, juntamente com a lógica de SP ser um laboratório para as inserções do dinamismo nas cidades globais. A revisão da literatura foi crucial para entender conceitos sociais mais aprofundados, compreender mais sobre a teoria e a origem desse ambiente urbano violento e militarizado. Durante o trabalho, é possível ver o recorte completo da origem dos conceitos que são inseridos nas práticas policiais no Estado de São Paulo. Por último, além de apresentar como essas câmeras corporais funcionam, desde sua instalação até seu banco de dados, é mostrado toda a percepção social em relação às práticas dos agentes. Todo esse estudo feito neste trabalho, é essencial para toda a população, tanto para obter o conhecimento de como todos estão assegurados, sendo gravados e expostos a todo momento, quanto para entender os riscos dessas tecnologias. Porém, com a presença de uma visão imparcial mostrando os prós e contras dessa implementação.

Palavras-chave: Câmeras corporais. Militarização. Policiais. São Paulo. Implementação.

ABSTRACT

This work aims to identify the effectiveness of police body cameras in the State of São Paulo, in order to analyze the reduction in the level of violence by and against police officers. The implementation of bodycams was not widely publicized and consequently the facility was a quick process, even with the data pointing to an improvement in state public security, there are still many doubts about how these transactions are carried out with the equipment provided. As a geographical area, for a greater analysis of effectiveness, the State of São Paulo was ideal to start this research, together with the logic of SP being a laboratory for the insertion of the logics of global cities. The literature review was crucial to understand deeper social concepts, understand more about the theory and origin of this violent and militarized urban environment. During the work, it is possible to see the complete outline of the origin of the concepts that are inserted into police practices in the State of São Paulo. Finally, in addition to presenting these body cameras, from their installation to their database, the entire social perception in relation to the agents' practices is shown. All this study carried out in this work is essential for the entire population, both to obtain knowledge of how everyone is insured, being recorded and always exposed, and to understand the risks of these technologies. However, with the presence of an impartial view showing the pros and cons of this implementation.

Keywords: Body cameras. Militarization. Police. São Paulo. Implementation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	SEGURANÇA E TECNOLOGIA NAS RUAS.....	10
3	ORIGEM DAS BODYCAMs.....	15
4	IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL.....	19
5	CONCLUSÃO.....	25
	REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos em prol da evolução da sociedade e das relações pessoais, sem dúvida, são primordiais para uma maior segurança e oferecer mais oportunidades para a população. Porém, algumas dessas melhorias causam danos colaterais que, em sua maior parte, são invisíveis para quem está inserido no sistema. Essa lógica vem em decorrência à globalização, que dificulta mensurar e acompanhar o nível de avanço desses recursos na sociedade, já que a inserção de novas tecnologias não é entregue para toda a população, de modo em que o acesso à informação fique cada vez mais desbalanceado.

As cidades aproveitam esses mecanismos e automaticamente implementam conceitos que se tornam naturais em uma sociedade, imperceptíveis e enraizados entre os cidadãos. Dentre esses reflexos sociais, um exemplo, é o próprio fenômeno da militarização enraizado na estrutura de segurança das cidades globais, onde toda a arquitetura da cidade remete à essa lógica, desde as câmeras urbanas, até mesmo a moda das roupas camufladas, como herança histórica. Mas é importante lembrar que, essas mesmas cidades globais que investem em tecnologia em prol da segurança, também produzem a violência, por conta dos conflitos sociais cada vez mais urbanizados e a globalização intensifica a desigualdade em um cenário de lutas políticas.

Em todos os fluxos que ocorrem nas cidades globais, tornam-se processos globais, por conta da padronização e importância delas pelo mundo todo, em alguns casos perdendo até o nacionalismo, no âmbito territorial e no monopólio do Estado (autoridade e de direito). Porém, nunca deixam de estarem interligadas entre elas:

[...] The global city and the network of these cities is a space that is both placecentered in that it is embedded in particular and strategic locations; and it is transterritorial because it connects sites that are not geographically proximate yet are intensely connected to each other (SASSEN, 2005, p.39).

O exemplo mais próximo de uma cidade global, é a própria cidade de São Paulo, detentora de inúmeras empresas multinacionais e padronizada entre as maiores cidades do mundo, conectadas por meio das redes transnacionais e sem permitir que uma cidade global não tenha vínculo com as demais. Em contrapartida, esse padrão se aplica nas zonas periféricas das cidades globais também, pois o processo da globalização impacta e dispersa a população economicamente. As cidades globais, deixam de ser unicamente um espaço

territorial e tornam-se funcionais para implementações de novas tecnologias, principalmente locais de laboratórios para novas estratégias de segurança pública, mercados e serviços. Um dos testes feitos foi a Ação de Segurança da Polícia Comunitária na cidade de São Paulo, com o caráter mais social. O objetivo seria aplicar estratégias de solidariedade e respeito à população. Esse modelo, surgiu primeiramente no Canadá, em 1997, resultando em uma queda no nível de criminalidade e posteriormente, em 1999 foi aplicado no Japão com uma maior eficácia. Em 2005, esse modelo importado japonês foi aplicado para a Polícia Militar paulista, em parceria com Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e hoje em dia o Brasil exporta ideias para o Japão, como as Bases Comunitárias de Segurança Móveis (POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO, 2016).

Para todo esse processo de assegurar a população com padronizações globais, foi observado o fenômeno do urbanismo militar, que se resultam em técnicas militarizadas de rastreamento e triagem, colonizando permanentemente a paisagem urbana e os espaços da vida cotidiana, além de intensificar o cenário de guerras nas cidades. A militarização das polícias e os militares se engajando nas operações policiais esclarecem essa lógica, desmitificando a ideia das funções diferentes da polícia e das forças armadas. Mesmo que a polícia faça a gestão interna e as forças armadas participem externamente, ambas possuem a mesma função: proteger e garantir a ordem do Estado,

[...] A expansão dos poderes da polícia para além das fronteiras nacionais ocorre enquanto as forças militares estão sendo alocadas com regularidade cada vez maior entre as nações ocidentais (GRAHAM, 2017, p.28).

Citando algumas dessas tecnologias, uma das mais usadas são as câmeras, que em geral, tem como objetivo documentar as ações para manter o controle de segurança pessoal. Há vários tipos de câmeras de monitoramento, entre elas as câmeras corporais, denominadas por *bodycams*, câmeras acopladas, *Body-worn cameras*, entre outros nomes. Essas câmeras individuais foi o recurso escolhido para os policiais a fim de ajudar em seu monitoramento. Esses dispositivos são acompanhados pelo apoio à tecnologia que permite que as práticas sejam mais profissionais para a ação dos agentes de Segurança Pública (LIMA, 2022).

De fato, essas câmeras são vendidas como um produto de segurança que visa a redução da violência, a discriminação em ações policiais e regula o abuso da força por parte dos agentes. Além desse fator, é de suma importância que as gravações sejam evidências para resguardar o policial e o próprio cidadão de acordo com a lei. Para Thalita Lima, a rápida

adoção dessa tecnologia não permitiu uma boa captação de informações sobre esses mecanismos e isso pode abrir espaço para que ocorram situações indesejadas.

Antes de adentrar ao tema profundamente, é necessário entender o funcionamento desses aparelhos. Inicialmente é preciso compreender que essas câmeras corporais são um dispositivo de gravação audiovisual que é inserida nas fardas policiais, como um acessório adicional durante o turno do agente. Outro ponto que chama bastante atenção, é a riqueza de dados que esse recurso possui, já que os vídeos capturados, são sincronizados com a data, hora, coordenadas de GPS e podem realizar gravações em tempo real. As imagens são armazenadas no banco de dados e a câmera pode ser utilizada durante todo o turno, já que seu tempo de bateria é de 12 horas. Diante da sua funcionalidade, as câmeras corporais policiais conseguem desempenhar um papel muito positivo para auxiliar nas ações em prol da Segurança Pública. Por exemplo, essa tecnologia contribui para deter o crime em geral e o abuso de autoridade por parte dos agentes policiais e da própria população, além de desenvolver uma relação mais amigável entre a polícia e a comunidade, documentar com uma maior facilidade e criar provas para que a verdade durante a operação seja mantida, juntamente com a ajuda na identificação de infratores para que seja construído um sistema mais justo (LIMA, 2022).

Mesmo que essa tecnologia seja extremamente inteligente e útil, é importante ressaltar todos os pontos dessa implementação, inclusive os pontos negativos. Mesmo que essas câmeras se tornaram uma virada de chave em relação às ações policiais, mudando suas rotinas de ação, trazendo uma maior transparência e um maior controle de atividades, elas não possuem um padrão concreto de abordagem, criando alguns casos que não possuem tanta transparência e gerando dúvidas em relação à quebra de privacidade do cidadão, já que esses dispositivos podem facilmente capturar, rastrear e armazenar dados de qualquer pessoa, mesmo que ela não tenha se envolvido em nenhuma prática fora da lei, isso por conta da imagem capturada pelo dispositivo que permite a utilização de tecnologias de reconhecimento facial. Caso aconteça algum problema na ação gravada, há uma diferença clara no nível de acesso dessas imagens, pelo motivo que o policial pode acessar essa imagem quase instantaneamente, enquanto o civil precisa solicitar o acesso da gravação, desconhecendo se o material ainda está ativo ou foi apagado no banco de dados. Além de que falta uma clareza se essas câmeras possuem um acionamento manual ou automático. Isto porque, se o dispositivo permite a gravação manual, o agente policial pode determinar o momento em que será gravada a operação, deixando o material totalmente enviesado (LIMA, 2022).

Desse modo, todo esse cenário permite a movimentação de diversos temas dentro da Segurança Pública, permitindo que as comunicações se ampliem cada vez mais, fortalecendo ainda mais a área da vigilância. Essa vigilância que, é explicada pelo processo da coleta de dados, o monitoramento do comportamento dos cidadãos e são capazes de influenciar e gerenciar estes indivíduos (LYON, 2007).

O controle feito para que seja efetivo o monitoramento, cresce ainda mais com os avanços tecnológicos, os quais permitem que a infraestrutura digital, sirva como um mecanismo para uma coleta mais acessível e completa desses dados. Além disso, as próprias instituições financeiras possuem bastante interesse e envolvimento para se tornarem grandes consumidoras desses dados, além de otimizar o sistema de gestão da base armazenada. As Agências de segurança possuem um grande poder dentro da vigilância, principalmente por conseguirem captar e monitorar os dados dos cidadãos, para se anteciparem de possíveis atos perigosos. Um exemplo dessa captação de dados imperceptível e próximo da população são os próprios smartphones, que agem como políticas de biovigilância e tem a capacidade de rastreamento (DUARTE, 2023).

Analisando as dinâmicas geradas no meio social a partir desses instrumentos tecnológicos em prol da vigilância, nota-se que elas afetam diretamente o bem-estar e o modo de viver de todos os cidadãos. Dessa forma, elas devem ser encaradas com seriedade em relação às suas implementações, uso e suas consequências, para que as estratégias sejam usadas corretamente e elas não influenciem com um único viés. Para auxiliar no controle desses recursos, o senso comum torna-se um fator crucial para compreender e analisar as transformações dentro do cenário urbano, o modo em que as informações são coletadas e qual será seu uso a partir delas (DUARTE, 2023). Essa lógica não se aplica apenas às câmeras, até porque elas são apenas um dos diversos recursos tecnológicos que contribuem na captação de dados por meio da vigilância, mas sim para todos os mecanismos que constituem as grandes cidades. O ideal, é saber mensurar todos os reflexos desses dispositivos de modo em que eles continuem contribuindo no avanço tecnológico, mas que ao mesmo tempo não invada a privacidade dos cidadãos e não seja um agente ameaçador.

Dentro dessa pesquisa, serão abordadas diversas dúvidas em relação à essa implementação. No primeiro capítulo será apresentado a lógica da militarização, como que ela atua até os dias de hoje de forma imperceptível. Desde a Guerra Fria, toda essa tecnologia em prol da segurança e a estrutura das cidades foram enraizadas gradualmente ao longo dos anos. Desse modo, torna-se difícil perceber como esse processo foi implementado e como que a população aplica tais práticas. Todos esses conceitos do capítulo 1, ligando ao tema da

tecnologia para entendermos seus caminhos, os quais serão apoiados por autores especializados no tema e com um conhecimento rico de todos esses processos. Na segunda parte do desenvolvimento, será mostrado toda a origem dessas câmeras corporais, desde sua primeira implementação e modelo de equipamento, até sua efetividade e dados que comprovem tal sucesso. Já no terceiro capítulo, será abordada a questão nacional na implementação dessas tecnologias, como que elas atuam e quais foram seus principais desafios. De modo geral, os próximos capítulos trarão uma visibilidade muito mais clara desses aparelhos e quais são suas consequências reais no âmbito social, além de entender os principais conceitos por trás da urbanização.

2 SEGURANÇA E TECNOLOGIA NAS RUAS

Toda essa tecnologia presente na atualidade, principalmente voltada para a segurança, gera fenômenos que são característicos nas grandes cidades. Assim como citado anteriormente, a cidade de São Paulo, considerada uma cidade global, é um dos maiores exemplos que se assemelham à uma “*Smart City*” no Brasil, com o objetivo de permitir espaço para que diversas ferramentas de Segurança Pública estrangeiras sejam testadas em território nacional (VENCESLAU, 2017). O exemplo claro é a busca incessante dos prefeitos de São Paulo, em busca da transformação para esse conceito. Esse termo estratégico traz um significado único para esse conceito de cidade:

[...] A expressão “smart” denota, assim, um imaginário de conectividade, velocidade e administração tecnológica de todos os fluxos da cidade, mas que também aponta para agendas de extensa privatização de serviços públicos de diversas ordens. (Peron, 2021, p.176).

Todo esse processo gera algumas divergências quando são aplicadas, principalmente com o fenômeno das “*Smarts Cities*”. Essas cidades inteligentes que, são conectadas e eficientes, nem sempre conseguem ser aplicadas com a mesma eficácia em todos os países, dados aos problemas estruturais de cada Estado:

[...] Sem dúvida, é preciso problematizar os efeitos dessas tendências identificadas em diversos países, sobretudo do Norte Global, e investigar como elas interagem com tendências presentes em contextos como o brasileiro. As desigualdades características da sociedade brasileira, bem como as práticas estatais autoritárias, historicamente enraizadas, impõem a recepção crítica de iniciativas como as das Smarts Cities. (Peron, 2021, p.178).

Dentro desse conceito, observa-se que a Segurança Pública de São Paulo já é impactada fortemente pelas novas inovações, como o investimento de recursos inteligentes, tais como sistema de alarmes, câmeras, aplicativos. Além de programas que auxiliam no sistema de vigilância (PERON, 2021). Esse foco é claramente visível e foi documentado pela própria Federação Nacional de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist, 2019), apresentando um crescimento de 5,7% nas empresas de segurança privada, principalmente no Estado de São

. É necessário lembrar que, para essa transformação para uma “*Smart City*”, é um processo complexo e demanda uma estratégia correta para suportar os avanços.

[...] Especificamente em São Paulo, a introdução de novas tecnologias de vigilância, assim como a circulação de modelos de gestão da segurança, com uma crescente atribuição de responsabilidades a não profissionais de segurança e estímulo ao surgimento de núcleos de autogoverno, de sistemas de vigilância e de outras infraestruturas para a gestão dos riscos, manifestam de forma privilegiada tal interação complexa entre tendências globais e locais na dimensão da governança contemporânea. (Peron, 2021, p.179).

Ao implementar esse conceito em prol da Segurança Pública, o principal desafio é fornecer segurança para todos os cidadãos, enfrentando a desigualdade instaurada não só na cidade e no Estado, mas sim no país inteiro. Para o caso do Estado de São Paulo, o nível de desigualdade em diversos aspectos sociais não permite para que todos tenham acesso ao mesmo nível de proteção e vigilância. Pelo fato de a segurança não ser homogênea, quanto mais um cidadão adquirir esse bem, outra parcela da população acaba intensificando o outro polo, a insegurança (BIGO e TSOUKALA, 2008).

Nessa busca pela segurança, surgem novas estratégias de vigilância, com o objetivo de reduzir os riscos, mas muitas vezes acabam desenvolvendo outros problemas paralelamente. Como é o caso dos projetos de policiamento, que se expandem além da barreira de seus escopos, acessando facilmente os dados sobre fluxos sociais e gerando mais um fator para a comunicação de riscos. Isto é, o foco principal do policial se torna um trabalho informacional, mudando o escopo de segurança para captação de dados (ERICSSON e HAGGERTY, 2002).

Porém, essa presença tecnológica possibilita as fronteiras digitais e físicas dentro da região e levanta a dúvida se realmente são efetivas, dado que o sentimento de insegurança ainda é constante com o uso dessa tecnologia. O constante monitoramento das ações na sociedade se torna cada vez mais comum, desde programas e sistemas criados para a população com a participação de redes comunitárias com a presença da polícia em prol da vigilância dos comerciantes e moradores, até mesmo a normalização das câmeras em todos os pontos da cidade.

Toda essa estrutura de captação de dados e informações de todos em prol da segurança, torna-se um alerta para o caminho que a sociedade está seguindo. Isto, porque todas as informações fornecidas para esses bancos de dados e para os gestores que vendem a

segurança social como produto, não são claramente explicadas e desenvolvidas para a população. A lógica da aldeia global que ainda não obteve sucesso em termos de efetividade, deram espaço para alguns perigos do uso dessa tecnologia:

[...] A aldeia global jamais se materializou – em vez disso, acabamos em um domínio feudal, nitidamente partilhado entre as empresas de tecnologia e os serviços de inteligência. (MOROZOV, 2018, p.14).

Não é novidade que o mundo tecnológico e principalmente da segurança, é o melhor caminho para ter o poder sobre pessoas, ter mais acesso à informação e desdobrar os dados para outro fim. Nesse caso não é diferente, as empresas de tecnologia conseguem facilmente usar esses serviços de inteligência para captar o máximo de conhecimento de cada cidadão. Novamente, a segurança é vendida como produto e a sociedade não sabe para qual finalidade está sendo direcionada esse imenso conjunto de informações. Por mais que o discurso dessas empresas sejam amigáveis e em prol do bem-estar social, não é possível ver transparência com a invasão dessa privacidade.

Se o pensamento for mais além, torna-se muito difícil imaginar em como a própria população conseguiria recuperar a privacidade e ter um maior controle dessas informações, já que foram fornecidas e ainda são entregues todos os dias por diversos meios tecnológicos:

[...] Para retomar uma das questões originais desse ensaio: é possível que os cidadãos reconquistem a soberania popular sobre a tecnologia? Sim, é possível – mas somente se antes reconquistarmos a soberania sobre a economia e política. Se a maioria de nós acredita em algum tipo de “fim de história” – sem disposição ou capacidade para questionar a possibilidade de uma alternativa genuína tanto ao capitalismo global como o predomínio do mercado na vida social -, então não resta de fato nenhuma esperança; quaisquer que fossem os novos valores contidos na internet, eles acabariam esmagados pela força da subjetividade neoliberal. (MOROZOV, 2018, p.25).

A lógica da cidade militarizada, com as características e normalização de ferramentas de segurança militares, possibilita que todos possam ter controle de vigilância de todos os pontos da cidade. Cada pessoa pode ter seu acesso às câmeras, como o caso do City Câmeras, que entre 2014 e 2017, uma plataforma onde é possível monitorar todas as ações de espaços públicos em tempo real e armazená-las em nuvem num banco de dados. Essa tecnologia permite a visualização tanto pelos proprietários do dispositivo, quanto para os agentes

públicos e privados. Este programa usa as câmeras privadas para o reaproveitamento no âmbito público (PERON, 2021).

No âmbito das tecnologias audiovisuais, como as câmeras, os órgãos policiais viram uma grande oportunidade em inserir esse sistema para documentar todas as ações dos seus agentes e proteger o cidadão, entregando confiança e segurança ao estar sempre gravando as ações, porém, o sentimento populacional nem sempre é positivo. Já que com essa implementação das câmeras policiais realizando gravações constantemente, gera um sentimento suposição e hipótese, despertando o imaginário que pode ter um banco de dados, nos quais eles sabem o que cada pessoa está fazendo. Isso pode acontecer por conta da falta de informação, pois quando não se sabe de nada, podemos destoar da realidade, pela falta de transparência criada em um espaço de tensão. Isso pode se transformar em um cenário tenebroso, no qual as pessoas vão para a rua com esse pensamento de que elas estão sendo gravadas o tempo todo, em alta resolução e por todos os policiais, gerando uma desconfiança ainda maior no trabalho dos agentes (VITURI, 2022). Mesmo que a tecnologia tenha como objetivo assegurar a população, pode não ser suficiente para conquistar tal confiança:

[...] Mas é possível trabalhar com a hipótese de que, para além da repressão ao protesto que estiver na mira das forças da ordem em certo momento, essas tecnologias todas têm uma dimensão de controle social mais amplo, cujos efeitos ainda seria preciso averiguar. (TELLES, 2016, p.9).

Esse sentimento não se aplica somente às câmeras, mas até mesmo nos próprios celulares pessoais, que possuem a capacidade de captar dados e monitorar a população de maneira imperceptível. A falta de informação e transparência no discurso desses meios tecnológicos, é um dos principais fatores para que o acesso aos dados dos cidadãos seja feito de uma maneira bem simples,

[...] Além do foco no risco, práticas contemporâneas de vigilância a partir de inferências algorítmicas não reproduzem o modelo centralizado da supervisão, do confinamento e da correção de condutas, mas, ao contrário, se espalham em teias eletrônicas de controle que embaralham as hierarquias de visibilidade. Se é verdade que se espalham câmeras pelas quais a polícia observa os cidadãos, a popularização dos smartphones também coloca os agentes de segurança sob o holofote. (DUARTE, 2023, p.24).

Portanto, torna-se fundamental que esses meios tecnológicos sejam acompanhados

desde sua implementação, até sua entrega de resultados concretos, para que a análise da sua eficácia seja balanceada ao nível de investimento e de interferência no bem-estar populacional. Esse caso ocorre com as próprias *bodycams*, que se tornaram instrumentos indispensáveis para os agentes policiais em suas operações. Porém, essa questão ainda gera muito debate, levando em consideração o seu alto nível tecnológico e a capacidade que esses dispositivos possuem para utilizar o material audiovisual gerado.

3 ORIGEM DAS BODYCAMS

Sem dúvida nenhuma, essa tecnologia em prol do auxílio da segurança pública, se torna um acessório quase que indispensável para os novos agentes e grupos de vigilância que fazem o uso desses aparelhos diariamente em suas operações. Porém, o surgimento dessa tecnologia é recente, pertencente ao século atual. Mais precisamente, as *Body-Worn Cameras* (BWC's), tiveram seu primeiro uso documentado em 2005-2006, no Reino Unido (GOODALL, 2007). As primeiras atividades foram feitas pela Polícia Metropolitana, que iniciou testes no oeste do Reino Unido, sendo os primeiros os condados de *Devon* e *Cornwall* (GARWOOD, 2022). A cidade escolhida para a avaliação dessas câmeras, foi Plymouth, a maior cidade do condado de *Devon*, no sudoeste da Inglaterra. O objetivo da implantação no ano de 2006, era que esses aparelhos pudessem ajudar os agentes policiais na coleta de provas e nas condenações das operações, desse modo, o uso da imagem e áudio seria uma forma de provar os fatos e otimizar o tempo gasto com documentos e análises a partir do meio físico de materiais e de opiniões (BARR, 2014). Além da polícia Metropolitana, outras organizações usaram dessa mesma tecnologia para testarem, como a *Police Standards Unit* e a *Domestic Violence Enforcement Campaign*, sendo elas a Unidade de Normas Policiais e a Campanha de Repressão à Violência Doméstica, respectivamente. Ambas serviam para registrar a chegada desses agentes para o incidente e preservarem os fatos desde o momento da chegada até o final da operação. Isso contribuía que fossem as evidências e relatos fossem preservados em prol de fornecer segurança para a vítima do início ao fim.

A princípio, em todos os casos desses primeiros registros da implementação das câmeras corporais policiais no Reino Unido, o objetivo era o mesmo: melhorar significativamente a qualidade de evidências que os policiais coletavam no momento do incidente. É importante ressaltar que mesmo nos primeiros locais que essas câmeras corporais foram instauradas, nas cidades britânicas e estadunidenses, foi difícil achar provas claras que a população se sentiu mais acolhida e aprovou a inserção dessa tecnologia. Tanto o apoio da população, quanto a confiança da mesma em prol de uma maior transparência e legitimidade fica pouco clara, dificultando até mesmo Michael White, professor de criminologia da Universidade Estadual do Arizona que estudou a adoção dessa tecnologia durante esse período. Até por esse fator, que nos primeiros anos de teste dessas câmeras, houve um tempo maior de análise para os investimentos nesses projetos usando esse tipo de tecnologia, já que era necessário fazer um estudo se essas práticas eram bem-sucedidas. Ainda sobre White, ele documentou que automaticamente tudo está sendo gravado, seja por câmeras de segurança

ou pelos próprios transeuntes que usam os aparelhos celulares para gravar. Portanto, aos agentes policiais gravarem as ações a partir de seus próprios dispositivos, isso gera uma maior confiança e legitimidade da polícia. Outro fator destacado é que as gravações realizadas durante as operações policiais, possibilitam que uma maior noção das atividades dos agentes seja criada, mostrando como é durante uma ação e seu nível de intensidade e gravidade, aproximando da realidade do trabalho da corporação.

As BWC's se tornaram um elemento adicional e crucial na rotina dos policiais, justamente pelo fato ressaltado por Boivin et al. (2020), que as câmeras têm a forte utilidade de ser um validador de fatos e podem fornecer a percepção em primeira pessoa para explicar uma ideia única dos fatos a partir da visão do agente policial. Um relatório do próprio piloto da *Body-Worn Video* (BWV's), apresentou dados concretos sobre a efetividade dessas câmeras, trazendo que as reclamações contra os policiais que usavam as câmeras foram reduzidas a zero e o tempo gasto com a análise de documentos físicos foi reduzido em 22,4%, o que levou a um aumento de 9,2% no tempo gasto pelos policiais em patrulhas, otimizando seu tempo de operação. Analisando o projeto criado em 8 de maio de 2014, o comissário do Serviço da Polícia Metropolitana, Bernard Hogan-Howe, disse que as BWV's contribuíam para combater o crime, apoiar as vítimas e tornar a polícia mais responsável.

Com o passar dos anos, a presença das *bodycams* se expandiram, saindo apenas do Oeste do Reino Unido e se expandindo para o mundo todo. A partir do ano de 2010, essa tecnologia foi testada em diversas partes do globo, como na Holanda em 2008, nos Estados Unidos em 2012, em Hong Kong, Alemanha e França em 2013, Itália e Emirados Árabes Unidos em 2015, Rússia em 2016, Suécia em 2017, Paquistão em 2020, Japão em 2022, entre outros países.

Essas implantações em todos os países foram por meio de testes, assim como no Brasil. Por conta desse fator, torna-se muito difícil o debate dos benefícios e malefícios das câmeras corporais policiais acopladas nas fardas, já que as organizações foram inserindo essas *Body-Worn Cameras* (BWC's), sem aprovação prévia da população. Porém, durante o uso, foram feitas algumas pesquisas para avaliar a opinião popular delas, como durante o governo de Barack Obama, em 2015, dizendo publicamente que proveria um investimento de mais de 20 milhões de dólares para o uso das *bodycams* (EDWARDS, 2015). Todo esse investimento consolidado pelo governo norte-americano em 2015, contribuiu para que os EUA se tornassem um dos países com o maior uso das câmeras corporais policiais, juntamente com o Reino Unido que foi o pioneiro nessa ferramenta de segurança e com outras potências europeias, assim como a França, Itália e Alemanha.

A partir desse fato, nota-se uma capacidade muito grande dessas tecnologias audiovisuais de conquistarem a Segurança Pública como mais um nível de segurança sendo vendido como produto. Estas câmeras que inicialmente tinham o objetivo de conter eventos com grandes multidões, brigas e pequenas ocorrências, assim como foi sua primeira utilidade nos condados de *Devon e Cornwall*, no Reino Unido, passaram a ser um mecanismo indispensável para as ações de policiamento e de documentação de dados.

Ainda nesse exemplo do governo Obama, com base no estudo feito do uso dessas câmeras, William H. Sousa, Diretor do Centro de Política Criminal e de Justiça e professor do Departamento de Justiça Criminal da Universidade de Nevada, em Las Vegas, ele apresenta dados importantes sobre esses primeiros testes em 2015. Ele observou que, em uma amostra de teste de 599 cidadãos norte-americanos, 91% das pessoas acreditavam que as BWC's aumentavam a transparência policial, 66% delas acreditavam que essas câmeras auxiliam na relação dos agentes com a população e 80% da amostra acreditavam que elas ajudavam a reduzir o uso da força policial excessiva nas abordagens.

O uso dessa tecnologia cresceu gradualmente nos Estado Unidos, de modo que em 2018, as câmeras corporais policiais faziam parte do kit de acessórios de rotina de 47% dos agentes, segundo o Instituto de Justiça dos EUA. Ao falar dos departamentos policiais, esse número crescia para 80%, demonstrando a facilidade de inserção desses dispositivos nas atividades diárias (POLICE CHIEF, 2022).

Todas essas iniciativas do governo dos EUA eram formas para avaliar esses projetos, de modo em que fosse possível mensurar o impacto desses dispositivos acerca das polêmicas do uso desnecessário da força policial. Além de aumentar o nível da autoconsciência dos agentes em relação às suas condutas de modo geral, tais como a brutalidade, a transparência e o próprio controle da operação (FONTE SEGURA, 2022).

De modo geral, é fato que a partir do momento em que as câmeras corporais policiais foram implementadas às fardas, a redução do uso da força, a queda do número de denúncias realmente é um fator a ser destacado, contribuindo na relação entre o policial e o cidadão, que tornam-se mais pacíficos sabendo que ambas as atitudes estão sendo documentadas pelo recurso audiovisual. Justamente esse fator da captura de imagem e áudio ser feita a todo momento, é visto de forma negativa pelos policiais, pelo fato de precisarem mudar o seu comportamento durante seus turnos e perderem a sua liberdade por conta da obrigatoriedade da gravação na rotina. Porém, essa sensação descontentadora de ser vigiado não afeta somente o agente policial, mas também o próprio cidadão que muitas vezes não percebe que está sendo gravado por esses dispositivos acoplados no uniforme policial.

Ao longo dos anos, a expansão das *Body-Worn Cameras* foi um fenômeno a ser destacado no âmbito da vigilância e da Segurança Pública, se tornando um instrumento indispensável para os agentes policiais e os departamentos de polícia. Um fator que contribuiu nessa popularização desses dispositivos e consequentemente no debate do tema, foi a própria polícia que trazia a implementação como uma novidade tecnológica para os agentes e criando uma alta expectativa para o aumento do nível de segurança.

Por outro lado, ocorreu a popularização negativa das atividades dos agentes policiais que faziam o uso das *bodycams*, como no caso de George Floyd, que foi morto por um policial durante uma gravação de uma operação policial em junho de 2020. Além das câmeras acopladas às fardas capturarem esse momento, os próprios transeuntes gravaram a ocorrência com seus próprios celulares.

Contudo, nota-se que a origem dessas câmeras, foi demarcada por momentos conturbados na história, principalmente por serem vistas como uma saída para sanar a letalidade policial e entre outros fatores. Ainda mais que o uso dessa tecnologia passou por muitos períodos de testes até serem implantados com uma maior concretização, contribuindo para que despertasse ainda mais a desconfiança da população. Levando em consideração todos esses fatores, a expansão das câmeras corporais foi positiva em relação ao acesso de outros países testarem as mesmas tecnologias, auxiliando para uma melhor análise de estudo em qual país o recurso foi mais efetivo.

4 IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL

Para o cenário brasileiro, essa tecnologia de vigilância remota contribuiu para o monitoramento constante do movimento de todos os indivíduos para a prevenção de ameaças futuras a partir de perfis e padrões de comportamento. Visto como uma solução para os elevados índices de letalidade policial, a proteção dos próprios agentes e prevenção aos crimes, foram iniciados os primeiros testes em território nacional.

Um dos primeiros pilotos foi feito em 2018, na região Sul do Brasil, no estado de Santa Catarina. O projeto da Polícia Militar de Santa Catarina consistindo em aumentar a transparência das ações dos agentes policiais militares, teve o investimento de R\$ 3 milhões de reais na aquisição de mais de 2.400 câmeras. A implementação desses dispositivos acoplados à farda em parceria com Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC), tinham algumas metas para serem alcançadas. Entre elas, a qualificação de provas para a efetividade da análise criminal, a proteção da integridade policial nas abordagens, o aumento da transparência dos agentes militares e o controle do uso da força e a contenção do conflito dos cidadãos perante a lei eram os principais pontos a serem sanados (POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, 2019). Outro exemplo dessa aplicação foi no Estado de Rondônia, considerado um dos pioneiros da inserção das *bodycams*, teve o investimento de 1250 câmeras corporais para a Polícia Militar do Estado de Rondônia (PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, 2021).

Há outros casos brasileiros que testaram esse recurso tecnológico, como no Estado Bahia, onde os testes foram feitos em 2018 e 2020, despertando o interesse para testarem novamente, mais precisamente no segundo semestre de 2023, a fim de implementarem as câmeras nas fardas dos policiais militares definitivamente. O projeto está sendo feito pela Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) e as câmeras estão sendo analisadas pela Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional (SGTO), juntamente com o Centro de Operações e Inteligência (COI) e Superintendência de Telecomunicações (Stelecom). Segundo a Secretaria da Segurança Pública da Bahia, os testes dos equipamentos serão feitos detalhadamente e será divulgado um prazo para a contratação desses dispositivos (BAHIA NOTÍCIAS, 2023).

Já no Estado no Amapá, foi iniciado o projeto-piloto das *bodycams* em 2022, a fim de aprimorar a estratégia do Estado com recursos tecnológicos para a Segurança Pública. É importante lembrar que o Amapá desde 2015 está focado no investimento em prol da Segurança Pública, como viaturas, equipamentos, drones, armamentos e entre outros recursos

(PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 2022).

Um dos maiores resultados das *bodycams*, foi a implementação na Polícia Militar no Estado de São Paulo, que ocorreu em 2021, por meio do Programa Olho Vivo, um sistema que adaptou as COPs (Câmeras Operacionais Portáteis) da PMESP (Polícia Militar do Estado de São Paulo). Em maio de 2020, a entrega dessas câmeras foi realizada pela *Axon Enterprise*, empresa estadunidense renomada por tecnologias e produtos militares, desde 1993 atuando no mercado. Ela se consolidou com a fabricação de *tasers*, as conhecidas armas de eletrochoque usadas por policiais no mundo todo. Porém, a partir de 2017, ela ingressou em um novo mercado, desenvolvendo as *bodycams* que tiveram sucesso em diversos departamentos policiais. Mesmo que a entrega dos equipamentos ocorreu em 2020, ainda era um período de teste e poucas localidades estavam usando as câmeras. Em 2021 elas se consolidaram por meio do Programa Olho Vivo, que tem como objetivo reduzir a letalidade e vitimização policial no Estado de São Paulo. O programa que desde 2016 estuda maneiras para solucionar esses problemas, em 2021 licitou 7.000 câmeras corporais policiais em prol de melhorar a segurança pública (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2021).

É inegável que após a implementação, esses dispositivos contribuíram positivamente para os dados, já que o nível da violência policial diminuiu significativamente, como mostram os números do próprio Centro de inteligência (CI) da PMESP, apresentando reduções de até 87% na violência em confrontos. Outra estatística interessante são as ocorrências de resistência às abordagens policiais, as quais caíram 32,7% nos batalhões que usam as câmeras operacionais portáteis (FONTE SEGURA, 2022). Além desses dados, a partir do terceiro semestre de 2021, foi documentada uma redução no índice de letalidade dos batalhões policiais que fazem o uso dessas *bodycams*, de 77,4% para 47% e um aumento de 9,1% e 10,9% nas outras unidades que não faziam o uso dessas câmeras corporais (DE LIMA et. al, 2021).

A gravação do equipamento deve ser iniciada quando o agente inicia o deslocamento para uma ocorrência que é solicitada pela COPOM (Central de Operações da Polícia Militar) ou através da própria população. A partir do momento em que a câmera inicia a captura de imagem e vídeo, todas as ações passam a ser documentadas, desde abordagens policiais até acidentes. Porém, um dos pontos principais dessa implementação no uniforme, é regular o uso da força do agente, para que não tenha um abuso de autoridade.

Segundo Robson Cabanas, Coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em entrevista com a TecMundo, o sistema de captura dessas imagens e áudio é bastante prático. Os últimos 30 minutos de atividade são automaticamente enviados para o banco de dados do

sistema *Axon*, portanto, no final do dia, são aproximadamente 24 vídeos por cada policial. Para facilitar a organização e encontrar as ocorrências, as gravações capturadas são divididas entre abordagem, flagrante e rotina. O áudio do equipamento não capta durante toda a operação, ele é decidido pelo próprio agente, que precisa pressionar o botão na câmera acoplada e gravar os últimos 1m30s. Portanto, essa parte é de certa forma opcional por parte do policial e a única maneira de parar a gravação, é quando o local já estiver controlado e a autoridade comprovar por meio de um vídeo e áudio que a ocorrência foi sanada. Após o expediente, o policial deve entregar o material feito na câmera corporal para algum companheiro que ficou no quartel. Primeiramente o policial precisa fazer o seu login no sistema *Axon*, empresa das *bodycams* utilizadas pelos agentes e posteriormente utilizar o aplicativo no celular. Após esse procedimento, ao ligar o equipamento, o policial verifica sua credencial e a bateria do aparelho, precisando estar no mínimo 95% carregado. Depois que ligada, é preciso verificar se a câmera está no modo *standby*, pois ela não pode estar desligada no horário do serviço.

As câmeras corporais policiais ficam alocadas em docas, armazenando 8 delas nesse suporte e podem ser encontradas em qualquer quartel da polícia militar. Geralmente são armazenadas até 100 delas nos quartéis para o uso em operações de rotina. O policial responsável pelo serviço de dia, o qual fica de plantão, controla os materiais que os agentes usam, desde armas de fogo até os equipamentos da *Axon*. A *bodycam* é facilmente acoplada no uniforme, por meio do suporte de engate, que trava no corpo do policial. As gravações ficam armazenadas até 90 dias, para que qualquer problema relatado para corregedoria, seja analisado no banco de dados para esses vídeos de rotina. Esse tempo maior, é essencial para resolver qualquer acusação contra o agente policial. Robson, diz a respeito da “gravação intencional”, que nada mais são do que os despachos de ocorrência, podendo ser quando a população aciona o policial, uma situação de apoio ou ações planejadas. Quando solicitada essa gravação intencional, o policial deve clicar duas vezes no botão maior do equipamento e automaticamente ela começa a piscar em luzes vermelhas. Quando esse processo é iniciado, a qualidade de imagem do vídeo é em 720p, captando o áudio da operação dos 90 segundos anteriores. A importância dessa gravação intencional, é a prova que o policial tem para passar para as investigações, Ministério Público ou até mesmo para o Poder Judiciário na audiência.

Em relação ao banco de dados onde são armazenadas, é possível colocar todas as gravações em um arquivo único, facilitando a organização para aquela prova da operação. Fato curioso que esse processo de gravação a todo momento, é exclusivo do Estado de São Paulo, pois em outros locais que o sistema *Axon* foi implantado, como por exemplo em nova

Iorque, Los Angeles e Londres, o sistema da *bodycam* é exatamente o mesmo, desde o banco de dados até o equipamento utilizado pelo policial. Porém nessas localidades, a polícia precisa acionar a captura manualmente, portanto, se o agente policial não ativar a gravação por insegurança, falha técnica ou propositalmente, não é possível documentar a ação por meio do material audiovisual. Nesse quesito, a implementação no Estado de São Paulo tem um diferencial positivo e uma maior transparência em relação aos outros lugares do mundo.

Na questão da privacidade, o Coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo, afirma que as gravações feitas a todo instante no modo *standby*, só são vistas caso sejam procuradas no banco de dados para esclarecer algo que aconteceu durante o patrulhamento. Esse fator se aplica em relação ao uso do áudio, para que as conversas feitas no dia a dia entre as autoridades não sejam capturadas e que sua privacidade se prevaleça. Por esse motivo o áudio das imagens só é capturado quando o agente pressiona o botão de captura dos últimos 90 segundos. Uma outra curiosidade desses equipamentos ocorre no final do serviço, quando o policial pareia o seu telefone celular através do aplicativo com o equipamento da *Axon*. Nesse pareamento, o policial consegue assistir todas as evidências que ele produziu e classificar cada momento de operação capturado. Os materiais são gravados de 30 em 30 minutos, para que os arquivos sejam mais leves e práticos de serem assistidos. O próprio policial que produziu esse material pode classificar alguma de suas ações como “restrito”, impossibilitando seus responsáveis de assistirem o vídeo, ou seja, o sargento, tenente e capitão não conseguem assistir, apenas se apresentarem um motivo justificável. O link desses dados é fornecido pela Microsoft, já que o grande volume de dados precisa de uma maior capacidade para serem armazenados, por conta das milhares câmeras policiais que gravam o dia inteiro e precisam ser recarregadas para o dia seguinte. O *software* também é bastante eficaz, o DEMS (*Digital Evidence Management System*), cuida da custódia, operando os vídeos no armazenamento em nuvem e permite a licença desses usuários, além de ser possível acessar remotamente a câmera e produzir uma imagem ao vivo da operação. Esse recurso é essencial caso o agente policial não responda para o batalhão e gere dúvidas do que ele está fazendo durante a ocorrência, permitindo uma localização em tempo real desse policial, já que as *bodycams* possuem GPS.

O investimento para a implementação dessas câmeras foi alto, segundo o contrato do governo de São Paulo com a *Axon*, os equipamentos fornecidos pela empresa custaram R\$ 165.734.100,00 por um período de 30 meses (CULTURA, 2022). De fato, todo esse valor inclui um sistema próprio da empresa, o qual armazena e verifica essas capturas, além de fornecer câmeras para milhares de policiais. Porém, o sistema utilizado é muito sigiloso e de

difícil acesso para o cidadão comum que não está nas organizações responsáveis pelo acesso das imagens.

Esses dados positivos para a segurança pública, incentivaram outras polícias a implementarem os equipamentos, exemplo disso, foi a própria PRF (Polícia Rodoviária Federal) que planeja acoplar em seus uniformes no ano de 2024. O Projeto Estratégico Bodycams foi apresentado no dia 25 de maio de 2023, prevendo que a partir de abril de 2024, 6 mil agentes policiais utilizarão tal tecnologia. Esse número de policiais resulta em 50% da força da PRF (AGÊNCIA BRASIL, 2023). É visível que essa tecnologia traz cenários positivos em termo da letalidade policial. Há alguns exemplos como, os policiais sabendo que estão sendo gravados e não abusam do uso da força, em outro caso, até mesmo a população entendendo que seus diálogos com os agentes de segurança estão sendo capturados, se tornando menos hostis, ou até mesmo a supervisão feita dessas imagens, que se torna uma espécie de controle dessas ações policiais. Porém, mesmo que haja uma vigilância excessiva com o aparelho, há pouca transparência na adoção desse sistema. Além de dividir opiniões, já que para parte da população, as câmeras servem para regular o uso da força e construir uma relação mais segura da polícia com a sociedade. Por outro lado, a outra parcela afirma que as *bodycams* inibem a ação policial, o qual o próprio governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas afirma, pretendendo tirar as câmeras corporais das fardas policiais. Além do candidato do Republicanos, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro também compartilha do mesmo ideal, dizendo que a atividade policial melhoraria sem o uso das câmeras corporais policiais (VITURI, 2022).

Outro fator que interfere nessa aceitação da população em relação à essa tecnologia, é o baixo nível de informação passado para os cidadãos desde que esse sistema foi implementado. As câmeras acopladas no uniforme não possuem uma regulamentação de fato, além de ter um difícil acesso, o maior problema seria a falta de uma diretriz clara e transparente para a sociedade sobre o que está sendo feito a partir desse uso. Basicamente, as *bodycams* são uma forma de garantir legitimidade e transparência na ação policial, resguardando a integridade policial e o cidadão, analisar os parâmetros de abordagem policial para que sejam prevalecidos, que desvios não sejam cometidos, e se cometidos, sejam analisados. Mas na prática, esse mesmo instrumento gera uma insegurança para o cidadão, pois a partir do momento em que o policial interage com ele, no encontro muito face a face e sem consentimento, é muito nítida a imagem e o som, isso pode barrar a privacidade de quem está sendo abordado e não é possível saber como os dados são utilizados. Há uma capacidade técnica muito grande por conta da alta resolução da câmera, além do aparelho

registrar o turno inteiro e o policial tem a opção de gravar momentos chaves do turno. A questão é que ninguém foi consultado com isso, foi apenas implementado (VITURI, 2022). Essa insegurança populacional, gera um sentimento de desconfiança:

[...] De um lado, os dispositivos de exceção postos em prática nas formas de controle e a dita contenção do protesto urbano, e não apenas aqui no Brasil. Nessas várias modalidades de controle e repressão, rapidamente comentadas antes, na prática se termina por configurar um campo muito incerto, inseguro (TELLES, 2016, p.8).

De fato, o Brasil se torna um cenário complexo para a implementação dessas tecnologias, já que o território nacional não se limita apenas à problemática de segurança, mas sim de outros contratempos sociais, como a desigualdade de oportunidades e privilégios, racismo, violência, criminalidade e entre outros fatores. Todos esses problemas, intensificam a dificuldade para a efetividade da segurança nacional e que suas adversidades sejam sanadas. Por exemplo, como discutido anteriormente, a confiança da população para as ações dos agentes policiais se torna algo mais intrincado para conquistar.

Com o desenvolvimento de políticas públicas e projetos sociais e privados para o uso dessas tecnologias ao favor da sociedade, diminuirá essa barreira entre a população e a polícia, de modo em que um ambiente mais seguro, deixe os problemas sociais menos complexos. Por conta desses fatores, a segurança pública é uma das pautas mais almejadas para o desenvolvimento da sociedade. Porém, com a globalização e a intensificação das problemáticas sociais, a tecnologia se torna um fator importante para almejar esse estágio de segurança.

5 CONCLUSÃO

Em vista da popularidade do tema do uso das câmeras corporais policiais e suas consequências no âmbito social, o objetivo desta pesquisa é analisar a influência desse produto de segurança e sua efetividade, a partir da dimensão internacional em sua origem, com o foco no caso brasileiro, mais especificamente no Estado de São Paulo. Para isso, a literatura dos autores mencionados, foram de suma importância para abranger a perspectiva na sociedade, interagindo com os próprios cidadãos.

Por meio dos autores em questão, é possível compreender que o uso de instrumentos de vigilância em geral, são fatores agravantes para o aumento da segurança na sociedade, que consequentemente estimulam a desconfiança dos cidadãos por conta do alto nível de informações e dados que essas tecnologias captam. A visão social e o senso comum são primordiais para entender todo esse tema que cresce a cada vez mais. A câmera acoplada à farda, refletiu em números positivos para as ações policiais: o uso da força, os índices de crime, registros no sistema interno da polícia. Todos esses dados significam muito para a população, já que as forças policiais detêm o monopólio legítimo do uso da força no território nacional.

Por essa razão a qual não podemos ignorar o impacto estatístico positivo na atuação da polícia, tanto que diferente do que estava acontecendo nos outros anos de forma improvisada, agora existe um foco maior no projeto das câmeras corporais, uma preocupação com o equipamento que está sendo usado. Dessa forma, o intuito dessas implementações é reduzir o uso desproporcional da força policial, principalmente com o uso dessa tecnologia.

Além desse fator, a busca pelo aumento da confiança da população nas ações policiais é essencial para o processo como um todo. Esse sentimento de segurança por conta das câmeras corporais policiais deixam os agentes mais receosos de realizarem as abordagens. O contrário também ocorre, a própria população se torna menos hostil ao saberem que estão sendo gravados, agindo com mais respeito com os policiais. Outro ponto importante é a padronização dos agentes para seguirem os protocolos da organização, de modo que até suas ações sejam padronizadas e menos imprevisíveis.

É fato que com o passar do tempo, as relações entre tecnologia e segurança se intensificarão cada vez mais, de modo que seja irreversível recuperar a privacidade e a liberdade. Essa lógica neoliberal contribuiu para que houvesse o foco no progresso econômico e consequentemente tecnológico. Atualmente, vive-se um grande desafio, já que as ferramentas já estão implantadas e de certa forma são favoráveis de modo geral, pois nunca

são ressaltados seus riscos.

O início da implementação por meio de testes, assim como ocorreu no Reino Unido em 2005, se mantém até hoje, já que a tecnologia das *bodycams* são recentes e é necessário avaliar cada recurso dessas ferramentas para concluir se vale a pena o uso desses dispositivos. O cenário de incerteza ronda entre os cidadãos por não terem um fácil acesso para entender o funcionamento dessas câmeras e o aviso prévio da atividade desses aparelhos desde a inserção. A estratégia adotada pelas organizações para adotarem esse recurso de vigilância adicional não foi a melhor maneira escolhida, explicada pelo descontentamento populacional em debates públicos, que divide opiniões se as câmeras individuais são benéficas ou não para as atividades policiais e a privacidade dos cidadãos.

Para avaliar o desempenho desses aparelhos, é justo que seja compartilhado o maior número de informações de como o processo funciona, desde o momento em que as câmeras começam a gravar, até o momento que as imagens não são mais utilizadas e somem no banco de dados. Além da questão de prestar respeito para a sociedade, ao explicar o motivo e a utilidade para gravar os mesmos sem consentimento prévio, é criado um vínculo mais pacífico entre os cidadãos e os agentes policiais.

Levando em consideração todos os casos citados nessa pesquisa, em relação à cada situação em que essa tecnologia foi implementada, todos possuem uma característica em comum: o teste. Para todos os países que usam essas câmeras corporais, a cultura de testar essa nova tecnologia se torna um fator curioso e explicativo para essas ações. Isto porque as câmeras usadas pelos policiais são extremamente recentes nas operações, mas o espaço diário que elas ganham para serem um recurso cada vez mais indispensável, é indiscutível. Muitos dados comprovam a vantagem do uso desses aparelhos, alimentando gradualmente a lógica de ser uma necessidade obrigatória dentro das organizações de policiamento.

Sem dúvida que os dados obtidos da implementação das câmeras corporais policiais incentivam para que o sistema permaneça, porém só a implementação do equipamento não é a solução para sanar a violência e melhorar a segurança pública do país. As câmeras devem ser vistas como uma ferramenta para esse processo de reeducação gradual para que o cidadão confie na polícia militar e que os próprios policiais não tenham que usar o máximo do seu poder nas operações. É nítido que esse investimento de imagens e áudio, são para curto e médio prazo no desenvolvimento de uma pacificação. O caminho ideal para arrumar esses desvios, adequações e subversões, seria a própria transparência, debate e diálogo.

Qualquer departamento de polícia em um país democrático deve ser transparente e prestar contas para a população. A transparência, tanto nos acertos, quanto nos erros por parte dos policiais, serve para que a instituição melhore e traga uma confiabilidade de ambos os lados da sociedade. As câmeras corporais precisam ser avaliadas no âmbito mais amplo de políticas e práticas de segurança pública, necessitando de uma infraestrutura de controle. Até que essas problemáticas não sejam totalmente esclarecidas para a população, torna-se muito difícil avaliar a efetividade desses aparelhos.

Contudo, com base em todos os exemplos que essas *bodycams* foram aplicadas, é possível ter uma base se essa tecnologia está contribuindo ou não para a sociedade como um todo. Primeiramente, essas câmeras realmente tiveram um impacto estatístico a ser destacado, reduzindo a letalidade do policial e aumentando a segurança do mesmo e do cidadão que está sem gravado. Além disso, a otimização do tempo que era gasto com documentos de várias versões dos fatos nas ocorrências foi um fator positivo para essa implementação. Porque, a partir do momento em que tudo está documentado com um material audiovisual, torna-se mais difícil de manipular os fatos e consequentemente a ocorrência policial.

O segundo ponto a ser analisado, é a questão da privacidade, se ela está preservada durante as gravações feitas pelo agente e o conhecimento dessas câmeras, que se tornam materiais poderosos para serem reutilizados de outras formas. As outras maneiras são justamente a aliança com o uso de inteligências artificiais ou até mesmo a venda desses dados em troca de alguma outra informação.

Em último lugar é necessário relembrar o fato que a segurança atualmente, principalmente nas cidades globais que possuem padrões nos problemas sociais, são vendidas como produto e não são entregues de forma justa para todos os cidadãos. A partir do momento em que um recurso que inicialmente deveria ser entregue sem custo para a sociedade e de fácil acesso, é visto como um produto adicional a ser adquirido, os problemas sociais e a disparidade na desigualdade são fortemente influenciadas.

Para almejar esse nível de igualdade em termos de segurança para a população, de modo em que todos possuam o mesmo nível de acesso à informação sobre essas tecnologias, é notório que a transparência, o diálogo e o compartilhamento de informações sobre esses equipamentos, sejam a melhor saída para amenizar a insegurança e a dúvida da população em relação a esses recursos. Parte dessas situações seriam sanadas tanto por meio de comunicações midiáticas, políticas públicas ou até mesmo o aviso prévio por meio dos

agentes policiais em suas abordagens. Esse fator é extremamente necessário para que o vínculo entre os cidadãos e os policiais sejam cada vez mais pacíficos e gerem respeito por ambas as partes. De fato, o início dessas implementações não contribuiu para alcançar esse alto nível de credibilidade nas ações dos agentes e consequentemente uma certa aversão desses equipamentos tão tecnológicos.

Porém, com a forte contribuição na entrega dessa informação para a população, levando em consideração todo esse cenário de insegurança populacional desde o início da implementação das câmeras corporais, é possível alcançar esse nível de respeito e credibilidade entre a sociedade, mais precisamente entre o cidadão e o agente policial. Dessa forma, com as sugestões citadas anteriormente, é possível ao menos amenizar essa situação.

Para que essas tecnologias estudadas nesta pesquisa sejam ferramentas que realmente ajudem nas operações policiais e no bem-estar do cidadão, é necessário abrir um espaço para a população adquirir conhecimento sobre elas, de modo em que as dúvidas sejam sanadas e a sociedade tenha uma relação de transparência e confiança com os policiais, favorecendo ambas as partes. Com essa questão sendo avaliada e colocada em prática, os agentes policiais poderão explicar a efetividade desses aparelhos e os cidadãos apoiarem o uso nas abordagens, por conta dos ótimos resultados documentados, em relação à redução de violência.

Esse esforço realizado de ambas as partes, conseguirá otimizar ainda mais o uso desses equipamentos, o tempo gasto nas operações e consequentemente a tensão social instaurada no âmbito da segurança. Sem dúvidas que essa tecnologia trouxe uma nova visão para melhorar a Segurança Pública, ainda mais com os índices elevados de violência nos cenários urbanos.

Em vista disso, para conquistar a confiança e a segurança da população, é necessário que entregue a informação sem barreiras, de modo em que todo o entendimento do uso desses aparelhos não seja velado. A apresentação de todas as funções e como seus dados armazenados podem contribuir em outros âmbitos também são essenciais para fortalecer os laços da polícia com a sociedade. Por parte dos cidadãos, é de suma importância que todos indaguem e participem dos debates dessas implementações tecnológicas logo no início do processo, para que não surja o mesmo sentimento de insegurança novamente. Para o lado dos agentes policiais e suas organizações, a divulgação do conhecimento continua sendo a chave para que essa problemática seja amenizada.

Portanto, a questão das câmeras corporais policiais usadas nas operações, é uma pauta muito atual por conta da sua tecnologia recente, contribuindo que as soluções para os problemas atuais demandem mais tempo de serem analisadas. Mas esse fato não impacta para

a busca de melhorias em sociedade, principalmente na Segurança Pública. Para que todas os caminhos para a otimização dessas tecnologias e que a confiabilidade permaneça, é notório que todas as partes utilizem essa vantagem tecnológica para deixar a cidade mais segura, com maiores fiscalizações e reduzindo proporcionalmente a violência com a insegurança social.

REFERÊNCIAS

Ações de Segurança - Polícia Comunitária: A polícia mais próxima do cidadão. **SSP**, São Paulo, 03 de fevereiro de 2016. Disponível em:

<<https://www.ssp.sp.gov.br/acoes/leAcoes.aspx?id=33362>>. Acesso em: 02 mai. 2023.

Anthony A. Braga; William H. Sousa; James R. Coldren, Jr.; and Denise Rodriguez. **The Effects of Body-Worn Cameras on Police Activity and Police-Citizen Encounters: A Randomized Controlled Trial**. 2018. Disponível em:

<<https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/jclc/vol108/iss3/3>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BARR, C. **Body-worn cameras for police? Britain started long ago**. Disponível em:

<<https://www.washingtonpost.com/news/post-nation/wp/2014/12/02/body-worn-cameras-for-police-britain-started-long-ago/>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

BIGO, Didier; TSOUKALA, Anastassia. 2008. Understanding (in)security. In: BIGO, Didier; TSOUKALA, Anastassia (org.). *Terror, insecurity and liberty*. London: Routledge.

Câmeras individuais e Direitos Humanos: A tecnologia a serviço da civilização.

Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/noticias/50183_entenda-como-funcionam-as-cameras-corporais-dos-policiais-militares-em-sao-paulo.html>. Acesso em 15 nov. 2023.

CARVALHO, Glauco Silva. **CÂMERAS INDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS: A TECNOLOGIA A SERVIÇO DA CIVILIZAÇÃO**. **Fontesegura**, 2023. Disponível em:

<<https://fontesegura.forumseguranca.org.br/cameras-individuais-e-direitos-humanos-a-tecnologia-a-servico-da-civilizacao/>>. Acesso em: 3 mai. 2023.

EDWARDS, J. **Obama administration says to provide \$20 million for police body cameras**. Disponível em:

<<https://www.reuters.com/article/us-usa-police-cameras-idUSKBN0NM3PL20150501>>. Acesso em 14 nov. 2023.

Entenda como funcionam as câmeras corporais dos policiais militares em São Paulo.

Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/noticias/50183_entenda-como-funcionam-as-cameras-corporais-dos-policiais-militares-em-sao-paulo.html>. Acesso em 6 nov. 2023.

ERICSSON, Richard; HAGGERTY, Kevin. 2002. The policing of risk. In: BAKER, Tom; SIMON, Jonathan (ed.). *Embracing risk: the changing culture of insurance and responsibility*. Chicago: The University of Chicago Press. pp. 238-272.

Estado Forte, Povo Seguro: Governo inicia testes de câmeras corporais para a

Segurança Pública. Disponível em: <<https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2411/estado-forte-povo-seguro-governo-inicia-testes-de-cameras-corporais-para-a-seguranca-publica>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

Estudo mostra impacto do uso de câmeras corporais na segurança em evento no Ministério Público. **FGV**. 2023. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/noticias/estudo-mostra-impacto-uso-cameras-corporais-seguranca-evento-ministerio-publico-militar>>. Acesso em: 07 out. 2023.

Estudo mostra impacto do uso de câmeras corporais na segurança em evento no Ministério Público. **FGV**. 2023. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/cameras-corporais-uniformes-policiais-caso-sao-paulo>>. Acesso em: 08 out. 2023.

Explaining the Body-Worn Camera Perspective Bias. **QC**. 2020. Disponível em: <<https://www.qualitativecriminology.com/pub/v9i1p2/release/2>>. Acesso em: 12 out. 2023.

FIEDLER, R. **Polícia Militar lança Câmeras Policiais Individuais**. Disponível em: <<https://www.pm.sc.gov.br/noticias/policia-militar-lanca-cameras-policiais-individuais>>. Acesso em 14 nov. 2023.

GARWOOD, A. **When Were Body Worn Cameras First Introduced?** Disponível em: <<https://dts.solutions/when-were-body-worn-cameras-first-introduced/>>. Acesso em 02 nov. 2023.

Graham S. (2016). *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: **Boitempo**.

How Police Officer Body Cameras Work. Disponível em: <<https://www.popularmechanics.com/military/a11668/how-police-officer-body-cams-work-obama-ferguson-17490512/>>. Acesso em 5 nov. 2023.

Kaldor, M.; Sassen, S. (2020). **Introduction: Global Insecurities and Urban Capabilities**. In: Kaldor, M.; Sassen, S. *Cities at War*. New York: Columbia University Press.

Leander, A. (2022). **Militarization matters: rhetorical resonances and market militarism**. *Critical Military Studies*.

Lima, T. (2022). *Câmeras corporais. O Panóptico*. Rio de Janeiro: **CESeC**.

Lyon, David. (2007) *Surveillance Studies: An overview*. Malden, MA: **Polity Press**.

Morozov, E. (2018). *Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política*. **Ubu Editora, 2018**.

PEREIRA, I. **Rondônia participa de evento como referência no uso de Bodycam na Segurança Pública**. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/rondonia-participa-de-evento-como-referencia-no-uso-de-bodycam-na-seguranca-publica/>>. Acesso em 14 nov. 2023.

Pereira, P.; Villela, P. (2019). Militarização do policiamento: abordagens críticas em perspectiva. **Revista BIB**. n. 90.

Peron, A. (2021). *Espionagem e os Softwares da Vigilância*. **Dadocracia**.

Peron, A. (2021).; Álvarez, César (2021). **O GOVERNO DA SEGURANÇA: MODELOS SECURITÁRIOS TRANSNACIONAIS E TECNOLOGIAS DE VIGILÂNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO**. **Revista Lua Nova**.

PERON, A. E. DOS R. ALVAREZ, M. C. **O GOVERNO DA SEGURANÇA: MODELOS SECURITÁRIOS TRANSNACIONAIS E TECNOLOGIAS DE VIGILÂNCIA NA**

CIDADE DE SÃO PAULO. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 175–212, 23 fev. 2022.

Peron, A.; Alvarez, M. C. (2021). O governo da segurança: modelos securitários transnacionais e tecnologias de vigilância na cidade de São Paulo. **Revista Lua Nova** (114).

Police Professional: Biggest BWV pilot launched in London. Disponível em: <<https://www.policeprofessional.com/news/biggest-bwv-pilot-launched-in-london/>>. Acesso em: 2 nov. 2023.

Policiais com câmeras na farda - Quais os benefícios? [2022]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_6qOvPP_p5M>. Acesso em: 11 jun. 2023. TecMundo.

Policiais rodoviários federais usarão câmeras a partir de 2024. **AgênciaBrasil**. 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/policiais-rodoviarios-federais-usarao-cameras-partir-de-2024>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Product Feature: The Continuous Evolution of the Body-Worn Camera. Disponível em: <<https://www.policechiefmagazine.org/product-feature-the-continuous-evolution-of-the-body-worn-camera/>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

Sassen, S. (2005). **The Global City: Introducing a Concept**. *Brown Journal of World Affairs*, vol. 11(2): 27-43.

Soares, L. E. (2019). Desmilitarizar: Segurança pública e direitos humanos. São Paulo: **Editora Boitempo**. “Introdução”. Pp. 13-23.

Sousa, W. H., Miethe, T. D. et Sakiyama, M. (2017). **Inconsistencies in public opinion of body-worn cameras on police: Transparency, trust, and improved police-citizen relationships**. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, 12(1): 100-108. Acesso em: 14 nov. 2023.

SSP inicia testes das câmeras que serão instaladas nas fardas dos policiais baianos - Bahia Notícias. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/283410-ssp-inicia-testes-das-cameras-que-serao-instaladas-nas-fardas-dos-policiais-baianos>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

Telles, V. (2016). A violência de Estado em guerra contra a população civil. **Diplomatique Brasil**, 4 de fevereiro de 2016.

TRIGUEIRÃO, S. **Reino Unido foi o primeiro país a testar o uso de câmaras nas fardas dos policiais**. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2021/07/31/sociedade/noticia/reino-unido-pais-testar-uso-camaras-fardas-policias-1972530>>. Acesso em 14 nov. 2023.

Wayback Machine. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20180302194246/https://www.justnet.org/pdf/00-Body-Worn-Cameras-508.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2023.